

Membro — Procurador do Estado — Manoel Niederauer Tavares Cavalcanti.

Banca de Direito Tributário.

Presidente — Procurador do Estado — Carlos da Rocha Guimarães.

Membro — Procurador do Estado — Geraldo Tavares de Mello.

Membro — Procurador do Estado — Roberto Grandmasson Salgado.

5. Prova Escrita de Direito Administrativo

Quesito n.º 1

Dizer a respeito de provimento o seguinte:

- a) — o que distingue o provimento da nomeação?
- b) — enquadramento e readaptação são formas de provimento?
- c) — quais as indicações que obrigatoriamente devem conter os atos de provimento?
- d) — em que casos, na GB, se pode fazer a nomeação interinamente em substituição?

Quesito n.º 2

Dizer a respeito de concurso o seguinte:

- a) — homologado o resultado de um concurso na GB, e na falta de disposição legal expressa, é obrigatória a exoneração simultânea dos interinos não aprovados?
- b) — ainda na mesma hipótese, terá de ser exonerado o interino que, embora aprovado, não se classificou dentro do número de vagas a preencher?
- c) — a administração estadual, fazendo realizar um concurso e homologando o seu resultado, tem obrigação de nomear os aprovados e classificados dentro do número de vagas?
- d) — iniciadas as provas de um concurso, poderá a administração modificar as condições do mesmo, inclusive deixando de prosseguir-lo?

Quesito n.º 3

Dizer a respeito de substituição o seguinte:

- a) — quando o servidor substituído se aposenta ou morre, há necessidade de ato expresso de exoneração daquêle que o vinha substituindo, ou o afastamento é automático?
- b) — se a lei determinar a efetivação de quem exerça cargo em caráter interino, suas disposições, no plano federal, se aplicarão aos substitutos?

Quesito n.º 4

Dizer a respeito de readaptação, na GB, o seguinte:

- a) — qual a hipótese legal em que se faz o enquadramento por meio de readaptação?
- b) — quais os requisitos legais exigidos para a readaptação?
- c) — desde quando se pode atribuir efeitos à readaptação?
- d) — pode ser conferida readaptação se o desvio de função só ocorreu depois da vigência da Lei 14/60?

Quesito n.º 5

Dizer sobre acumulação de cargos o seguinte:

- a) — o exercício cumulativo de cargos, quando aparentemente atendidos os pressupostos legais, é um direito do servidor?
- b) — pode a Administração, a qualquer tempo, cancelar, por motivos de conveniência e oportunidade, o despacho que autorizou a acumulação de cargos?
- c) — o servidor que acumula cargos:
 - c. 1 — deve ter duas situações jurídicas distintas, como se se tratasse de duas pessoas diversas? ou,
 - c. 2 — é possível admitir-se que alguns dos efeitos jurídicos de um cargo (aposentadoria, tempo de serviço e adicional) possam, de qualquer modo, se comunicar ao outro cargo?
- d) — ao servidor que acumula cargos será possível pagar-se dois salários-família?
- e) — o servidor que estiver em disponibilidade remunerada com base no artigo 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias pode ser reaproveitado, embora não reúna os requisitos estabelecidos no art. 185 da Constituição Federal?

Quesito n.º 6

Dizer sobre processo administrativo o seguinte:

- a) — quantas e quais as fases do processo administrativo?
- b) — o Governador, se não concordar com as conclusões da Comissão de Processo Administrativo, pode aplicar pena maior do que a proposta?
- c) — quando, paralelamente ao processo administrativo, deve ser, também, instaurado processo penal contra o servidor?
- d) — o servidor aposentado pode fazer parte de Comissão de Processo Administrativo?
- e) — as funções de Presidente e Membros das Comissões de Processo Administrativo são de caráter técnico-científicas, só devendo ser conferidas a bacharel em Direito?

Quesito n.º 7

Em face da legislação, pode o servidor estadual obter afastamento em seu cargo para exercer o mandato eletivo de Vereador de Câmara Municipal em outra unidade da Federação? Em caso afirmativo, o afastamento deverá ser concedido com ou sem vencimento e demais vantagens do cargo?

Quesito n.º 8

A administração estadual, para o fim de ampliar sua rede de ginásios, necessita criar uma série de cargos técnicos e de magistério, para exercício privativo na Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Pergunta-se:

- a) — o que terá de fazer para conseguir que tais cargos sejam criados?
- b) — como terá de proceder para fazer o preenchimento de tais cargos?
- c) — quais as exigências que os candidatos a tais cargos terão de satisfazer até o momento de suas investidas?
- d) — que autoridade é competente para examinar e ultimar a investidura desses servidores?
- e) — quais as cautelas que deverão ser adotadas pela autoridade competente para a formalização dessas investidas?

Quesito n.º 9

A contratação de pessoal está prevista nos arts. 27 a 32 da Lei 14/60, cujos preceitos, também, se aplicam ao pessoal destinado a funções subalternas ou braçais, *ex vi* do art. 185 da Lei 263, de 24-12-62. É por meio de tal expediente que a Administração, sempre em caráter temporário, admite pessoal para o desempenho de certas atividades, para cuja execução não disponha o serviço de funcionário habilitado. Frente aos pressupostos legais para o fim de contratação de pessoal, pergunta-se:

- a) — o que se deve entender por atividade técnica ou especializada?
- c) — pode ser contratado pessoal de categoria existente nos quadros de servidores, mas cujo número é insuficiente para as necessidades dos serviços?
- d) — se a contratação de pessoal temporário é precedida de provas de habilitação, poderão, em futuro, os candidatos habilitados e admitidos reivindicar a situação de funcionário, sob o fundamento de que a prova de habilitação a que foram submetidos se revestiu de todas as características de concurso?

Quesito n.º 10

No Estado da GB a gratificação de nível universitário foi instituída pelo art. 67 da Lei 14/60, tendo sido regulamentada pelo Dec. 1471, de 1-7-63. A lei em causa fez referência aos funcionários ocupantes de cargo

para cujo ingresso ou desempenho seja exigido o diploma de curso superior, o que vale dizer que mencionou o cargo para o qual, atualmente, haja a exigência de curso superior.

O regulamento, todavia, assim dispõe no § único do seu artigo 1.º:

“Só será concedida a gratificação de que trata este decreto, quando o titular do cargo possuir diploma de curso superior ou certificado de curso universitário, no qual se admitam apenas os que tenham o 2.º Ciclo do Ensino Médio”.

Na prática, vamos deparar com várias situações, que deverão ser respondidas:

- a) — para o servidor obter gratificação de nível universitário é necessário que, expressamente, fique apurado que, na época de seu ingresso, havia exigência legal para a apresentação de diploma de curso superior e que esse diploma foi realmente exibido?
- b) — poderá o servidor obter, agora, gratificação de nível universitário, atribuída ao cargo de que seja ocupante, não obstante fique apurado que, somente posteriormente ao seu ingresso, tenha sido regulamentado o curso superior por ele concluído?
- c) — será possível atribuir-se gratificação de nível universitário a servidor que, não sendo portador de diploma de curso superior, seja, no entanto, ocupante de cargo ao qual é atribuída dita gratificação especial?
- d) — poderá ser invocado o princípio da isonomia para permitir que o ocupante de cargo para cujo ingresso se exige, hoje, diploma de curso superior, possa obter gratificação de nível universitário, embora, não possuindo diploma, seja portador de certificado ou registro que o habilita ao exercício da profissão a que dito cargo corresponde?

Quesito n.º 11

Sub-quesito 11-A

Os apartamentos 201 e 202 do edifício X foram declarados de utilidade pública pelo Decreto Y, juntamente com outros imóveis, para execução do Projeto de Urbanização Z. Havendo sido posteriormente modificado o Projeto, alguns imóveis — entre eles os dois apartamentos — já não mais são necessários à execução da obra projetada.

O proprietário do 201, por isso que o processamento da desapropriação ainda não se iniciara judicialmente, nem se efetivara acórdão amigável, requereu a liberação do mesmo. A seu turno, o proprietário do 202, que recebera a indenização, requereu a devolução do imóvel mediante a

restituição da importância recebida, acrescida de 12% de juros anuais.
Pergunta-se:

— *com relação ao apt.º 201* — a) poderá o Estado, valendo-se do Decreto Y, intentar a desapropriação judicial, desde logo imaginando dar ao imóvel outra destinação? b) que providência V. sugeriria ao Executivo?

— *com relação ao apt.º 202* — o Estado já é titular do domínio desse imóvel, desde que depositou em juízo, à disposição do respectivo proprietário (que a levantou), a importância da indenização, cujo montante foi fixado de comum acôrdo, nos autos da ação de desapropriação. a) o que poderá pretender o expropriado? b) como aconselharia V. o Executivo?

Sub-questo 11-B

A existência de declaração de utilidade pública para desapropriação impede licenciamento de obra para o imóvel atingido?

Em caso afirmativo, que poderá fazer o proprietário?

Em caso negativo, deverá o valor da obra ser incluído na indenização, quando efetivada a desapropriação?

Questito n.º 12

O Estado declara de utilidade pública, objetivando a formação de reserva florestal, determinada área na encosta de um dos morros cariocas. A desapropriação efetivou-se de forma amigável, por escritura pública, passando a área em questão a integrar o patrimônio público.

A Guanabara quer dar ajuda ao Banco da Habitação, de resto prosseguindo no seu plano próprio de recuperação das favelas. Para tanto planeja alterar a destinação declarada para a área referida: passar a utilizá-lo na construção de casas proletárias.

Para fugir à proibição que lhe traz o artigo 44, § 5.º, da Constituição estadual, e, ainda, tendo em vista que a execução do plano reclama facilidades que o rigor da legislação não oferece, imagina o Executivo transferir a propriedade da área para a COHAB (sociedade de economia mista com o objetivo social de construir casas populares), via de incorporação em aumento de capital.

A COHAB, a seu turno, após receber a área, deverá urbanizá-la para revenda aos favelados.

Pergunta-se:

- a) — poderá o Executivo alterar a destinação declarada no decreto expropriatório?
- b) — a incorporação da área ao capital da COHAB para ulterior revenda não importaria em fraude à proibição constitucional, que impede a venda de bens públicos salvo mediante observância das formalidades prescritas (lei autorizativa e hasta pública)?
- c) — o primitivo proprietário não poderá reclamar de volta o bem ao seu patrimônio? com que fundamento?

Sub-questo 12-B

Conceitue o que seja uma *desapropriação indireta*, indicando o preceito de lei que a regula.

Sub-questo 12-C

Ainda pertinentemente ao instituto da desapropriação, o que vem a ser *direito de extensão*?

Questito n.º 13

Nota — Para a exata compreensão, examine a planta anexa.

A Praça Alfa e as ruas que nela desembocam foram atingidas por projeto de remodelação urbanística.

O Banco Beta adquiriu os imóveis n.ºs 2 e 4 da rua Gama e os de n.ºs 3 e 5 da rua Sigma, que se limitam pelos fundos, de modo que lhe foi possível obter, para o conjunto dos quatro terrenos, um remembramento que o tornou proprietário de um único imóvel com duas frentes: para as ruas Gama e Sigma.

Com a futura execução do plano de urbanização, a área lembrada do Banco Beta passará a contar com mais uma frente: a Praça Alfa.

Como necessite instalar agência na zona, antecipa-se o Banco à execução do plano de urbanização, apresentando ao Estado um projeto de construção com as seguintes características:

a — grande loja ocupando a totalidade do pavimento térreo, com frente, pois, para as ruas Gama e Sigma, e, ainda, *para o futuro alinhamento da praça Alfa*, NO MOMENTO AINDA OCUPADO pelos prédios 24, 26 e 28 dessa mesma praça;

b — balanço da construção de 1,00m., a partir do 2.º pavimento (na parte balanceada ficaria além da divisa do terreno do Banco e das três referidas casas 24, 26 e 28, *que são construções de um único pavimento, térreas portanto*). Por outras palavras: se o projeto de construção do edifício do Banco fôr aprovado (no que tange à parte superior do edifício), o balanceamento estará *dentro* do terreno das três casas que dão frente, atualmente, para a praça;

c — como o projeto de construção observa o futuro alinhamento, fazendo com que a fachada do pavimento térreo coincida com a linha-limite Banco-casas 24, 26 e 28, não está figurado na planta de construção o afastamento de 1,50m exigido pelo Código Civil (art. 573).

O Banco quer iniciar imediatamente a construção, beneficiando-se com o alinhamento projetado pelo Estado. Insiste em obter a licença para o edifício, balanceado sobre o futuro alinhamento (hoje ainda ocupado por propriedade privada) e dotado de uma única loja, com três frentes.

Mas o Estado não dispõe de verba para executar o projeto de urbanização. Ainda mais: reputa-o não merecedor de tratamento de urgência.

O Banco insiste no que considera seu direito. O processo vem à Procuradoria e lhe é distribuído para parecer. Qual seria seu conselho?

Quesito n.º 14

Nota — Para exata compreensão, examine planta anexa.

A Imobiliária Armendariz, proprietária de grande gleba na Zona Industrial, obtém aprovação de loteamento para a divisão da mesma em unidades de 5.000m².

O Estado, que nas aprovações de loteamento condiciona o deferimento, *ut* preceito do Código de Obras, à doação, em favor do interesse público (Estado), de percentual da área global para a constituição de logradouros, reservas florestais, jardins, escolas, etc., indica para a espécie a finalidade escolhida: a área a ser doada destina-se ao prolongamento da rua X, atualmente findando nos limites da gleba a lotear. Destarte, executado o loteamento, como se vê da planta, os grandes lotes estarão separados por futuro logradouro público, com 12,00m. de largura.

Aprovado o loteamento, lavra-se na Procuradoria o termo através do qual a Imobiliária Armendariz doa a faixa necessária ao prolongamento da rua X, afirmada no instrumento a destinação do bem (futuro logradouro público).

Numa terceira fase, posto que os lotes estivessem ainda sem construção, surge a Indústria Dilema, desejosa de instalar no local fábrica de grandes proporções, adquirindo todos êles. Obtém do Estado, mais tarde, o remembramento dos lotes. Com isso, ficou a Indústria Dilema, proprietária de duas grandes glebas, separadas por uma faixa de 300m. de comprimento por 12m. de largura, em poder do Estado.

Tal separação, todavia, implica prejuízo para os planos da Dilema, que pretende levantar grande complexo industrial, impossível de localizar-se em áreas separadas.

Dirige-se a Indústria ao Estado, pleiteando solução que lhe permita adquirir a faixa anteriormente destinada ao prolongamento da rua X.

O Executivo, que sobre não ver interesse no prolongamento da referida rua, encara a pretensão da Indústria Dilema com o maior entusiasmo, pois que atende ao programa de Governo a ampliação do parque industrial da GB, deseja atendê-la. E assim recomenda à Procuradoria.

V. encontraria solução legal?

Quesito n.º 15

Sub-quesito 15-A

Quando se dá a cobrança da *mais valia*?

Sub-quesito 15-B

Conceitue, indicando as características principais, e distinguindo-as entre si:

- restrição de vizinhança;
- servidão administrativa;
- limitação administrativa ao direito de construir.

Sub-quesito 15-C

As limitações administrativas ao direito de construir podem gerar obrigações e direitos subjetivos entre os vizinhos?

Sub-quesito 15-D

Fulano requereu licença para construção de um prédio na rua A, e obteve o alvará em janeiro de 1959. Sem dar início à obra, pediu posteriormente várias prorrogações, também deferidas, *de sorte a ver mantida sua licença válida*.

Ainda sem dar início à obra, mas tempestivamente, no início de 1964, pleiteia nova revalidação. O Engenheiro-Chefe do Distrito de Edificações tem dúvida, em face da superveniência de decreto que passa a proibir, para as quadras com áreas coletivas de iluminação (precisamente o caso de Fulano), a construção em L. Tal circunstância importaria obrigar Fulano a alterar totalmente o projeto de sua construção, aprovado em 1959, e, até agora, com alvará em vigor.

Pergunta-se: estará o Engenheiro-Chefe obrigado a renovar a licença, que Fulano vem mantendo válida e em dia, mesmo em face da superveniência da nova regra? Terá Fulano direito adquirido a iniciar e levar a final a obra licenciada sete anos antes?

Quesito n.º 16

Sub-quesito 16-A

O Estado de Minas Gerais pretende desapropriar a empresa produtora e fornecedora de energia elétrica no Município Y. Qual a formalidade preliminar que deverá atender?

Sub-quesito 16-B

A concessão titulada pela Rio-Light para o fornecimento de energia elétrica no território da GB decorre do contrato de 2 de junho de 1907, firmado entre a antiga Prefeitura do Distrito Federal e a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Ltd., sucessora do contrato anterior, firmado entre a mesma Prefeitura e Sir Alexander Mackenzie em 1905.

Por que razão o Estado, sucessor da Prefeitura do Distrito Federal, não mais comanda a concessão, passando a ser Poder Concedente a União Federal?

Sub-quesito 16-C

Distinga *concorrência pública* de *hasta pública*.

Sub-quesito 16-D

Entre as Sesmarias da GB encontra-se a chamada "Sesmaria Realonga" (Irajá e Campo Grande), formada pelos antigos terrenos realengos, doada à Cidade por D. João VI, por Carta Régia de 27 de junho de 1814.

Pergunta-se: qual a razão de não se encontrarem os enfiteutas dessa Sesmaria sujeitos à inversão do ônus da prova, para comprovar a alodialidade de seus imóveis, como os enfiteutas das demais sesmarias (Const. GB, art. 44, § 1.º — “presumem-se sujeitos a fôro”)?

Quesito n.º 17

Sub-quesito 17-A

O imóvel 22 da rua ZZ tem no pavimento térreo uma loja ocupada por comércio de comestíveis, locada por contrato sujeito ao regime do Decreto 24.150. Juntamente com outros imóveis da quadra, o 22 é objeto de desapropriação, efetivada amigavelmente entre o Estado e seu proprietário. Passa o locatário, pois, a ter o Estado como seu senhorio.

O Poder Público, todavia, não cuida de executar o plano de urbanização por falta de verba, e, ao que parece, desapareceu o interesse em executá-lo. Tudo indica que o plano será posto de lado.

Já se passaram quatro dos cinco anos do contrato de locação. Que poderá fazer o comerciante?

Sub-quesito 17-B

V. tem o carnet de uma *cadeira perpétua* no Estádio do Maracanã, passível de ser alienada a terceiro ou transmitida *causa mortis*.

Esclareça:

- a) — a natureza do seu direito;
- b) — será o Estádio do Maracanã um condomínio? Caso não entenda assim, que bem será êle?
- c) — o art. 44, § 5.º, da Constituição da GB não impediria a existência de cadeiras perpétuas?

Quesito n.º 18

O Estado desempenha os serviços públicos e, por vêzes, serviços de utilidade pública de modo direto, pelos próprios órgãos, ou indireto, através de órgãos autônomos. Estes últimos podem ser grupados em 4 categorias: *autarquia, órgão paraestatal, sociedade de economia mista e empresa pública*. Dê as características de cada um dêles, exemplificando.

Quesito n.º 19

Sub-quesito 19-A

Qual a competência registrária do Tribunal de Contas do Estado da Guanabara quanto aos atos de natureza contratual, inclusive para atos de que resultem acréscimo ou diminuição do patrimônio público?

Sub-quesito 19-B

O art. 44, § 5.º, da Constituição da GB determina que a alienação do patrimônio imobiliário do Estado somente se faça mediante as condi-

ções e formalidades prescritas. Há, todavia, dois casos em que o Estado transfere o bem público imóvel independentemente das referidas exigências. Quais são êles — e por que?

Sub-quesito 19-C

Pode o Executivo da GB arrendar os próprios estaduais? A Assembléia Legislativa ainda não estabeleceu as condições (art. 6.º da Const.). Se entender afirmativamente, em que se baseará?

Quesito n.º 20

O certificado de aprovação de filme expedido pelo Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública é válido em todo o território nacional, ficando o filme isento de qualquer outra censura? Os poderes constitucionais explícitos e implícitos reservam à União Federal a competência privativa da censura cinematográfica? Por outras palavras, poderá o Estado da Guanabara, através de sua Secretaria de Segurança Pública, proceder a uma nova censura, de modo a impedir a projeção do filme no território estadual?

Quesito n.º 21

Responda *sucintamente* as seguintes perguntas:

- a) — em que consiste a chamada executoriedade do ato de polícia?
- b) — qual a diferença entre ato discricionário e ato de império, e entre ato de gestão e ato vinculado?

Quesito n.º 22

Responda *sucintamente* as seguintes perguntas:

- a) — qual o procedimento administrativo para a reintegração de posse de imóvel de propriedade do Estado?
- b) — que medidas executivas precedem a desapropriação de um imóvel?
- c) — quais os atos administrativos que formalizam a entrega, para uso, do bem patrimonial?
- d) — em que hipótese (ou hipóteses) o Estado se torna condômino?
- e) — que medidas são adotadas para reconhecimento da alodialidade de um imóvel presumidamente foreiro?
- f) — qual o procedimento do Estado relativamente à cobrança de fôro, no caso da construção de um edifício em lote de terreno compreendido em área foreira?
- g) — que atos tornam legítima a venda de um imóvel foreiro, por parte do senhorio do domínio direto?
- h) — os aforamentos de bens públicos são resgatáveis pela forma prevista no art. 693 do Código Civil? Por que? O resgate incide sobre os aforamentos perpétuos do Direito anterior? Por que?

Quesito n.º 23

O Estado resolve que os serviços públicos de coleta e industrialização de lixo serão melhor prestados, pela forma indireta, através de particular. Como Procurador V. é chamado a opinar. Especifique a forma jurídica pela qual tais serviços poderão ser exercidos; qual o tipo de ato para a sua concretização e quais as condições e cautelas a serem adotadas no interesse do Estado.

Caso haja necessidade de ato formal, redija-o, nêle incluindo, em termos sucintos, as formalidades essenciais e as cláusulas principais (dispensando-se, apenas, as que dizem respeito aos problemas de ordem técnico-administrativa, diretamente relacionados com a coleta e industrialização do lixo). Sabe-se, inclusive, que, em virtude de autorização legislativa, o Estado permitirá que o particular, para exploração dos referidos serviços, terá permissão para usar bens dominicais de propriedade dêle, Estado.

Quesito n.º 24

O Estado da Guanabara pretende realizar um certame e quer entregar a respectiva organização e execução a uma firma especializada. Pergunta-se:

- a) — a autorização respectiva dependeria de concorrência?
- b) — de que tipo, por que, e com base em que dispositivo legal?
- c) — poderia ser dispensada a concorrência, por que, e com base em que dispositivo legal?
- d) — seria indispensável o contrato, por que, e, em caso afirmativo, de que modalidade êle seria, e por que?
- e) — quais os cuidados e providências de ordem legal que deveriam ser adotadas?

Quesito n.º 25

O domínio útil de determinado imóvel, de propriedade do Estado, foi cedido, em aforamento, a particular, anteriormente à vigência do Código Civil. Sucede que o particular, a seu turno, cedeu aquêle domínio a terceiros. Pergunta-se:

- a) — como se denomina essa última cessão de domínio do particular a terceiros?
- b) — ela é feita, obrigatoriamente, com o consentimento do senhorio direto?
- c) — a quem, e em que circunstâncias, e por quem, é devido o pagamento do laudêmio?

Quesito n.º 26

O Estado resolve contratar com firma particular a execução de determinadas obras. Pergunta-se:

- a) — quais os regimens ou modalidades pelas quais tais obras poderiam ser realizadas;
- b) — quais os procedimentos legais cabíveis, antes, durante e após a execução das mencionadas obras, e qual a legislação em que êles se apoiariam;
- c) — se durante a realização das obras houver necessidade, por exigência da fiscalização do próprio Estado, de serviços não previstos nas cláusulas do contrato inicial, que, inclusive, importariam em novas despesas, também não previstas no contrato, qual deveria ser o procedimento: nova concorrência, nova adjudicação direta (se fôsse êste o regime escolhido), nôvo contrato ou termo; de que tipo, por que.

Quesito n.º 27

Formular, em termos sucintos, três casos concretos em que fique configurada a responsabilidade do Estado, de acôrdo, respectivamente, com a teoria *subjetiva*, da *culpa presumida* e da *representação*.

Esclareça, também, qual a teoria, sôbre responsabilidade do Estado, adotada pelo Direito Brasileiro, e indique qual ou quais as fontes do direito positivo pertinentes.

Quesito n.º 28

1. No decorrer de determinado exercício, é julgado oportuno instituir-se uma nova Secretaria de Estado, na Guanabara, e, em consequência, a criação da respectiva estrutura, bem como, de novos cargos.

2. Na mesma ocasião, verifica-se que a dotação orçamentária referente ao pagamento normal do pessoal do Estado é julgada insuficiente para ocorrer as despesas com os respectivos vencimentos até ao fim do ano.

3. Ainda em igual período surge acontecimento *imprevisto*, com características de calamidade pública, exigindo medidas do Govêrno que envolvem gastos forçados.

Pergunta-se:

- a) — quais, em cada caso, as providências legais, financeiras e administrativas cabíveis e por iniciativa de quem devem ser adotadas?
- b) — quais os tipos de créditos a serem abertos, por que, e dependendo de que medidas, em cada caso?
- c) — se, em cada caso, houvesse necessidade de compensação, como se processa e por que?
- d) — na hipótese prevista no item 2 do quesito, poderia ser autorizado o pagamento do pessoal, mesmo com a verba insuficiente e antes de ser aberto o competente crédito? Em que condições e por que?

Quesito n.º 29

O Estado resolve permitir o uso oneroso, por particular, de um imóvel pertencente ao seu patrimônio, com a condição de que, em contrapartida, sejam prestados determinados serviços, de interesse público. Não há lei ordinária, normativa, sobre o assunto. Pergunta-se:

- a) — é lícita tal entrega?
- b) — qual a forma pela qual ela poderia ser autorizada e o respectivo fundamento jurídico?
- c) — caso fôsse lícita, quais as condições e formalidades indispensáveis à sua concretização, e execução, e o que de essencial deveria conter o ato respectivo?

Quesito n.º 30

As eleições realizam-se no início de outubro p. vindouro.

O Diário Oficial de 6 de julho vem de publicar a promulgação da Emenda Constitucional n.º 15, que adita ao texto constitucional alguns artigos. Entre êles, o de n.º 22, que prescreve:

“São vedados e considerados nulos de pleno direito, não gerando obrigação de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada, nem qualquer direito, para o beneficiário, os atos que, no período compreendido entre os 90 dias anteriores à data das eleições federais, estaduais e municipais e o término respectivamente do mandato do Presidente da República, do Governador do Estado e do Prefeito Municipal importem:

- a) —
- b) — contratar obras ou adquirir equipamento e máquinas, salvo mediante concorrência pública;
- c) — distribuir ou ampliar fundos ou verbas globais, a não ser dentro do critério fixado em lei anterior;
- d) — autorizar empréstimos por bancos oficiais ou por entidades de crédito em que o Poder Público detenha o controle do capital, a Estado ou Município, salvo em caso de calamidade pública ou quando o contrato obedecer a normas uniformes”.

A SURSAN, que há quatro anos executa as obras da Adutora do Guandu, quer diretamente, quer sobretudo através da colaboração de dezenas de firmas empreiteiras, com as quais contratou obras e serviços seja através de concorrência pública, seja com dispensa dela (devidamente autorizada pelo órgão competente — Conselho de Administração) em face da existência de motivos relevantes, foi surpreendida com a vedação constitucional que, à primeira vista, e em última análise, IMPÕE A PARALIZAÇÃO DA OBRA.

Isto porque ela depende de vultoso empréstimo a ser concedido pelo Banco do Estado, mas sobretudo porque uma concorrência pública ordinária exigiria, no mínimo, o decurso de 60 dias, pela necessidade de publicação de editais (além dos prazos, o Diário Oficial está bastante atrasado na publicação do expediente oficial).

A SURSAN sofre a fiscalização de uma Junta de Controle, apêndice do Tribunal de Contas, com a incumbência de examinar a legalidade dos atos que importem despesas e compromissos.

Como Procurador, chamado a dizer pela Presidência da SURSAN, como se pronunciaria? Vê alguma solução para o impasse? O empréstimo, que foge às normas uniformes, poderia ser concedido? As obras poderiam ser contratadas?

6. Prova Escrita de Direito Processual Civil

Quesito n.º 1

O artigo 64 do Código de Processo Civil, que exigia o requisito subjetivo para a condenação na verba honorária, com o advento da Lei n.º 4632, de 18-5-65, passou a vigorar com nova redação, *verbis*:

“A sentença final na causa condenará a parte vencida ao pagamento dos honorários do advogado da parte vencedora, observado, no que fôr aplicável, o disposto no art. 55”.

Examine as hipóteses de dois processos de mandado de segurança, dos quais, à data em que entrou em vigor a Lei n.º 4632, um estava ainda em curso na primeira instância, e o outro, já com sentença, pendia de decisão em grau de recurso. E responda, fundamentadamente, quanto a cada um dêles: denegada a segurança, é aplicável, em favor do Estado, a nova regra?

Quesito n.º 2

Pode o assistente do Réu:

- a — reconvir ao autor?
- b — recorrer, mesmo que o Réu não o faça, da sentença que julgar procedente a demanda?

Justifique as respostas.

Quesito n.º 3

Prestes a esgotar-se o prazo prescricional, o Estado da Guanabara ajuizou ação contra F. Procurando-o em seu domicílio, o oficial de jus-